

PROCURADORIA GERAL

Relatório de Instrução Processual

Processo Administrativo nº _____

Contratação Direta.

**Dispensa de Licitação (art. 75, inciso I ou inciso II da Lei 14133/21).
Dispensa por Valor**

Dados da contratação

1 - Contratação Direta: () Inexigibilidade (X) Dispensa

2 - Base Legal: art. 75, I ou II da Lei 14133/21.

3 - Objeto da Contratação:

4 - Valor Contratado: R\$

4 - Prazo de Execução/Entrega:

Procedimento para Contratação

SIM

NÃO

N/A

FLS.

1	Consta justificativa acerca da necessidade da contratação?				
2	Consta declaração expressa de configuração da dispensa em razão do valor, devidamente motivada pela autoridade competente da Pasta/Entidade?				
3	Consta autorização da autoridade competente da Pasta/Entidade para a contratação direta, disponível em sítio eletrônico oficial (art. 37, caput, da CRFB; art. 72, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021)?				
4	Consta Projeto Básico/Termo de Referência e, se for o caso, Estudo Técnico Preliminar, devidamente aprovado pela autoridade competente pela Pasta (art. 6º, inciso XXIII, art.40, § 1º, e art 72, I, da Lei Federal 14133/2021)?				
5	Consta estimativa de despesa, calculada na forma do artigo 23 da Lei 14133/2021 (artigo 72, inciso II, da Lei 14133/21)?				

PROCURADORIA GERAL

6	Consta justificativa de preço, por meio de pesquisa de preços, dentre os de mercado, em atendimento ao princípio da economicidade (arts. 23 e 72, inciso VII, da Lei Federal nº 14.133/2021)?				
7	O valor da contratação foi aferido à luz dos critérios arrolados no artigo 75, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021? Consta atestado fornecido pela Secretaria/Entidade que não está havendo o fracionamento do objeto pretendido por esta contratação direta?				
8	Consta demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido (art. 72, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021)?				
9	Consta a declaração do ordenador de que a despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos do art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal nº 101/2000)?				
10	Consta comprovação de que a contratada preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária (art. 72, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021)?				
11	Consta documentação jurídico-fiscal da contratada, que demonstre a regularidade jurídico fiscal da empresa, cuja validade, completude e autenticidade já tenham sido atestadas pela Secretaria (art. 72, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021)?				
12	Consta justificativa quanto à razão da escolha do fornecedor ou executante (art. 72, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/2021)?				
13	Consta minuta-padrão aprovada pela PGM?				

PROCURADORIA GERAL

14	Consta Declaração de Conformidade?				
15	As alterações da minuta-padrão foram indicadas e justificadas?				



**SÃO
GONÇALO**
PREFEITURA



PROCURADORIA GERAL

7
8
9
10
11
12
13
14
15

